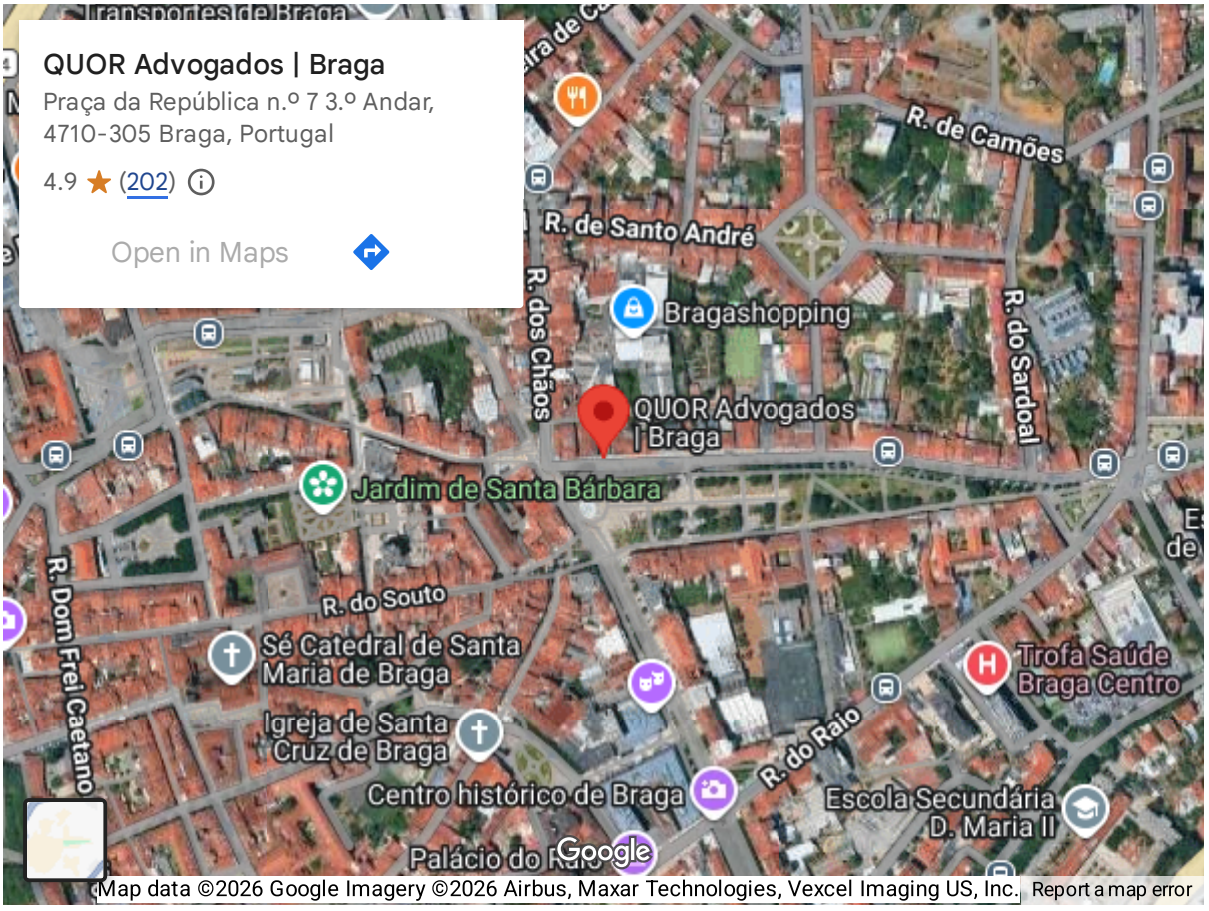
Pedido de indemnização civil no processo penal: guia de um advogado criminal em Braga Um crime não deixa apenas uma questão penal por resolver. Deixa, muitas vezes, prejuízos concretos: um telemóvel partido, dias de trabalho perdidos, tratamentos médicos, dinheiro transferido numa burla, ou um sofrimento que não se mede facilmente. O pedido de indemnização civil é o instrumento que permite à vítima pedir compensação por esses danos, e em regra é deduzido no próprio processo penal, sem necessidade de uma ação separada. Esta regra tem vantagens práticas. Evita duplicar processos, aproveita a prova produzida no julgamento penal e permite que o tribunal decida ao mesmo tempo sobre a responsabilidade criminal e sobre a compensação. Mas o pedido tem de ser apresentado no momento processual certo e com os elementos adequados. Um advogado criminal acompanha esta fase com atenção, porque um pedido mal fundamentado pode resultar num valor muito inferior ao prejuízo real. Na preparação, convém distinguir dois tipos de danos. Os danos patrimoniais são os que se traduzem em dinheiro de forma mais direta: despesas, reparações, perdas de rendimento. Os danos não patrimoniais incluem a dor, o medo, a perturbação na vida pessoal. Ambos podem ser pedidos, mas exigem prova. Faturas, recibos, relatórios médicos, declarações da entidade patronal e testemunhas que descrevam o impacto do crime no dia a dia da vítima são exemplos de elementos úteis.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

Em Braga, muitos pedidos de indemnização surgem em processos de agressões, violência doméstica e burlas, incluindo burlas MB WAY e compras online. Nestes últimos, o pedido contra o autor do crime pode coexistir com a tentativa de recuperar valores ***assistência advogado criminal 24h*** junto do banco, e um advogado criminal em Braga ajuda a coordenar as duas frentes. O objetivo é que a vítima não abdique de nenhuma via razoável por falta de informação. Um último aspeto prático é o tempo. O pedido de indemnização segue o ritmo do processo penal, que pode ser longo. Durante esse período, convém continuar a guardar todos os documentos relacionados com os danos, como novas faturas de tratamentos ou comprovativos de despesas, porque podem ser relevantes até ao julgamento. Uma pasta organizada, física ou digital, facilita muito o trabalho do advogado e permite manter o pedido atualizado. A QUOR Advogados inclui o pedido de indemnização civil entre os serviços de apresentação de queixa e acompanhamento de vítimas. A consulta inicial, com o valor de 70€, permite analisar o caso e perceber que danos podem ser pedidos. Atendimento presencial na Praça da República n.º 7, 3.º Andar, em Braga, ou online. Telefone: +351 939 709 888.

QUOR Advogados | Braga Address: Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga Phone: +351 939 709



888 FAQ: Advogado Criminal em Braga Quanto custa a primeira consulta com um advogado criminal em Braga? Na QUOR Advogados, a consulta inicial tem um valor fixo de 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser feita presencialmente na Praça da República n.º 7, em Braga, ou online por videochamada. Se o cliente decidir avançar, recebe um orçamento claro antes de qualquer trabalho. O que fazer se um familiar for detido em Braga? O primeiro passo é saber onde a pessoa está e contactar um advogado o mais cedo possível. O arguido detido tem de ser presente a um juiz no prazo máximo de 48 horas, e é nesse interrogatório que se decidem as medidas de coação. O escritório da QUOR em Braga presta atendimento rápido em detenção, das 9h às 18h, pelo +351 939 709 888. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser informado dos factos e a ser assistido por defensor. A QUOR Advogados explica esses direitos, prepara o interrogatório e define a linha de defesa, sempre com linguagem clara e sem jargão. Qual é o prazo para apresentar uma queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados responde a pedidos de contacto em 24 horas úteis para que nenhum prazo se perca. A QUOR Advogados representa vítimas ou apenas arguidos? Representa ambos: «Representamos quem é vítima. Defendemos quem é acusado.» Em Braga, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha vítimas como assistentes, incluindo em casos de violência doméstica e crimes contra pessoas. A equipa trata também a queixa-crime e o pedido de indemnização civil. Fui vítima de burla MB WAY. Ainda é possível recuperar o dinheiro? Depende de cada caso, e nenhum advogado pode prometer a recuperação. O essencial é contactar o banco de imediato, guardar todas as conversas e comprovativos e apresentar queixa. A QUOR Advogados analisa se há fundamento para exigir ao banco a reposição dos valores e acompanha o processo penal e o pedido de indemnização. É possível evitar a prisão preventiva? A prisão preventiva é a medida de coação mais grave e deve ser excecional. A defesa pode propor alternativas como caução, apresentações periódicas, proibição de contactos ou OPHVE, fundamentadas com elementos sobre a vida do arguido. A QUOR Advogados tem uma área dedicada à legalidade, prazos, alternativas e recurso da prisão preventiva, e cada caso é analisado individualmente. Posso fazer a consulta online se não estiver em Braga? Sim. A QUOR Advogados realiza consultas por videochamada em qualquer parte de Portugal e no estrangeiro, com o

mesmo valor de 70€ e o mesmo sigilo profissional. Os documentos podem ser enviados em formato digital antes da reunião, em linha com o lema «Justiça Ecológica. Menos Papel e Mais Planeta.» Qual é o horário de atendimento do escritório de Braga? O escritório da Praça da República n.º 7, 3.º Andar, atende das 9h às 18h, pelo telefone +351 939 709 888. Fora desse horário, é possível escrever para info@quor.pt com o nome, o contacto e um resumo da situação. A equipa compromete-se a responder em 24 horas úteis. A QUOR acompanha processos fora da cidade de Braga? Sim. A equipa acompanha processos em todo o distrito, incluindo Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Vila Verde, Amares e Fafe. A QUOR tem ainda escritórios no Porto e em Esposende, e as consultas por videochamada facilitam o acompanhamento à distância pelo mesmo advogado. Como tratar do registo criminal ou cancelar averbamentos? O certificado de registo criminal pode ser pedido online em registocriminal.justica.gov.pt, com Cartão de Cidadão ou Chave Móvel Digital, e é válido por três meses. A QUOR Advogados ajuda a consultar, obter e interpretar o registo, e avalia se existe fundamento para pedir o cancelamento de averbamentos. Os requisitos e prazos legais variam, por isso cada situação é analisada individualmente. Quem acompanha os processos criminais na QUOR em Braga? Em Braga, a Dra. Paula Pratinha atende presencialmente e acompanha sobretudo vítimas, e o Dr. David Silva tem presença regular no Tribunal Judicial de Braga, com foco em julgamento, legalidade da prova e recursos. Na equipa da QUOR, a Dra. Inês Azevedo trabalha em urgências, primeiros interrogatórios e medidas de coação. Cada cliente é acompanhado pelo mesmo advogado ao longo do processo.